



"Educação como prática de Liberdade":  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9170 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

Programa Universidade para Todos: mudanças no perfil dos beneficiários e a expansão da modalidade EAD (2005-2020)

Bruna Mara S. Wargas - UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

Helena Altmann - UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

### **Programa Universidade para Todos: mudanças no perfil dos beneficiários e a expansão da modalidade EAD (2005-2020)**

#### **Resumo**

As políticas públicas de acesso ao ensino superior brasileiro alteraram a composição da população brasileira que passou a obter acesso às universidades públicas e privadas nos últimos 15 anos. Esta modificação foi resultado dos programas que tornaram o acesso à universidade mais inclusivo. O trabalho tem como objetivo analisar as mudanças no programa e perfil nacional dos beneficiários do ProUni, ocorridas entre 2005 e 2020, a partir de indicadores como sexo, raça/cor, local de origem, curso escolhido e modalidade. O método utilizado na pesquisa consiste na avaliação dos dados disponíveis no site do Ministério da Educação (MEC), os quais apresentam os registros dos beneficiários do programa de 2005 a 2020. Como resultados, nota-se que o programa contemplou mais de 2,8 milhões de estudantes no período. Observou-se uma expansão da modalidade de bolsas concedidas em cursos à distância, no quesito da inclusão regional há diversificação com o aumento da participação para a região Nordeste e há um aumento no percentual de estudantes contemplados que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas.

Palavras-chave: ProUni, Ensino superior, EAD.

#### **Introdução**

O sistema de ensino superior brasileiro é composto, por um lado, do ensino superior público gratuito financiado pelos governos federal, estadual e municipal, e, por outro, pelas instituições privadas que se dividem em com fins lucrativos e sem fins lucrativos (comunitárias, confessionais, filantrópicas), tendo sua autorização de funcionamento efetivada por meio de credenciamento junto ao Ministério da Educação (SAMPAIO, 2011).

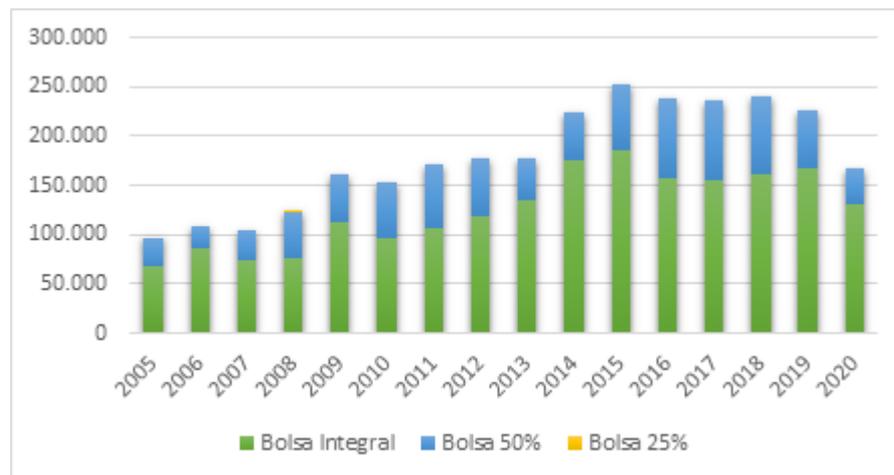
As políticas públicas aplicadas nos últimos 15 anos ao ensino superior brasileiro modificaram a composição da população brasileira que acessam às universidades públicas e privadas. Esta modificação foi resultado de programas que tornaram o acesso à universidade mais democrático do ponto de vista social, tendo sido expoentes desta mudança de paradigma, o Programa Universidade para todos (ProUni), a política de cotas com a publicação da Lei 12.711/2012, a ampliação do Financiamento Estudantil – FIES e o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (HERINGER, 2018).

O ProUni foi criado em 2004 e institucionalizado em 2005 pelo Governo Federal a fim de

conceder bolsas de estudos, integrais e parciais a jovens provenientes da rede pública de ensino. Para a obtenção de bolsa parcial, é exigido renda per capita familiar bruta de até três salários mínimos e de até um salário mínimo e meio para a obtenção da bolsa integral, possibilitando assim que estes jovens realizem sua graduação em Instituições particulares de educação superior (BRASIL, 2005).

Desde sua criação em 2004 até o segundo semestre de 2020, o ProUni atendeu mais de 2,8 milhões de estudantes, dos quais 70% obtiveram o benefício de bolsa integral (MEC, 2021). A importância do programa se manifesta como uma possibilidade de rompimento do círculo intergeracional da pobreza, possibilitando acesso à educação de nível superior a classes sociais menos favorecidas.

Gráfico 1: Beneficiários do Programa (2005 a 2020): Modalidade de Bolsa



Fonte: elaboração dos autores, dados abertos MEC (2021)

Por outro lado, além de pontos positivos, o programa também apresenta pontos controversos, que vem sendo elencados por diversos autores como Almeida (2012) que critica o financiamento do setor privado pelo setor público, além de outros pontos como a qualidade das instituições e o desempenho dos estudantes. A Controladoria Geral da União (CGU) também avaliou o programa e, em 2015, divulgou o relatório de avaliação nº 35, com alguns apontamentos sobre ociosidade de bolsas, falhas nos controles do sistema do ProUni, ausência de dados sobre os beneficiários, entre outros (CGU, 2015).

Foi neste contexto de demanda por transparência das informações sobre o programa, que os dados foram disponibilizados em 2017, no portal de dados abertos do Ministério da Educação, sendo esses os dados utilizados nesse artigo. Como observou Almeida (2012, p. 20), até aquele momento vigorava “a não publicidade e transparência de dados básicos no site” sobre o Prouni.

Desta forma, o presente trabalho objetiva apresentar o alcance do programa no período de 15 anos, o perfil dos contemplados com relação à raça/etnia, localidade de origem, modalidade escolhida (presencial ou educação à distância), bem como os cursos escolhidos.

### **Um olhar para a avaliação das políticas públicas e o ProUni**

Os objetivos da avaliação das políticas públicas, por seu caráter político, tendem a privilegiar aspectos normativos, técnicos e/ou gerenciais, e por isso despertam amplo debate em torno de seus usos (FARIA, 2005). Diversos autores, dentre eles Draibe (2001) e Jannuzzi (2016), destacam que a avaliação de uma política pública pode ter diversos olhares, como a

sua efetividade, medida pelo volume de mudanças que conseguiu realizar, sua eficácia, envolvendo as estratégias para sua implementação, e sua eficiência, que reflete a relação entre custos e benefícios mensurados.

Na vasta literatura que aborda a avaliação de diversos aspectos do ProUni, observa-se estudos e análises com relação ao desempenho comparado dos estudantes (BECKER; MENDONÇA, 2019), às condições de permanência dos estudantes no programa, avaliações do ponto de vista qualitativo com relação aos dilemas enfrentados pelos bolsistas (PIRES, ROMÃO, VAROLLO, 2019), além dos relatórios técnicos de órgãos de controle e seus apontamentos sobre os resultados da política pública.

### **Método da Pesquisa**

A metodologia utilizada no presente ensaio consiste em uma pesquisa descritiva a partir de fontes primárias. As informações foram obtidas no portal de dados abertos do Ministério da Educação (MEC), o qual, a partir 2017, disponibilizou informações sobre estudantes beneficiários pelo programa, constituindo uma série histórica de 2005 a 2016 e, mais recentemente, de 2017 a 2020. No banco de dados, é possível obter as informações de perfil sociodemográfico (raça/cor, localidade de origem, curso, turno, sexo, data de nascimento, entre outras informações sobre as instituições que concedem as bolsas).

### **Resultados**

Como já mencionado, no período de 2005 a 2020, o ProUni contemplou 2,8 milhões de estudantes, sendo 70% com bolsas integrais. No trabalho de Becker e Mendonça (2019), foram analisados os resultados de desempenho dos bolsistas ProUni no Enade (2015-2017) e observaram que os estudantes com bolsa integral tiveram desempenho superior comparado aos demais estudantes, com bolsas parciais e estudantes sem bolsa, que realizaram o exame no período. O que desmistifica a questão sobre o desempenho dos estudantes contemplados no programa.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2009, havia 838.125 matriculados na EAD, e, em 2019, essa modalidade alcançou 2.450.264 de estudantes, representando uma expansão de 192%. (INEP/MEC, 2019). Com relação à modalidade, no ProUni, observa-se um crescimento da modalidade de educação à distância (EAD): em 2005, o programa contemplou apenas 5% de bolsas na modalidade EAD; em 2020 este percentual saltou para 32%, com 53.825 estudantes contemplados nesta modalidade (MEC, 2021). O grande salto na modalidade EAD pode ser verificado entre 2017 (22%) e 2020 (32%), com crescimento de 45%. O que pode ser explicado pela publicação da portaria do MEC nº11/2017 que trata sobre o credenciamento de cursos na modalidade EAD (SCUDELER, FLORES, PIRES, 2020).

No primeiro ano do programa (2005), o maior percentual de estudantes contemplados frequentava o turno noturno 66%, seguido pelo diurno/integral com 29% e a modalidade EAD 5%. Em 2020, o percentual do noturno caiu para 45%, o diurno/integral para 23% e a EAD cresceu chegando a 32%. Ainda assim, o noturno continua sendo o período predominante. De acordo com Pires, Romão e Varollo (2019), apesar da concessão da bolsa referente às mensalidades, o programa não oferece bolsas de permanência o que leva os estudantes a optar pelo período noturno e assim, os estudantes conciliam a vida universitária com o mercado de trabalho.

Com relação ao local de origem dos beneficiários, em 2005, 55% eram provenientes da região Sudeste, sendo deste total 29% do estado de São Paulo e 16% do estado de Minas Gerais. Em 2020, há uma modificação nesta configuração, com o crescimento do percentual dos beneficiários da região nordeste que passa de 15% a 24%. Na composição regional da população brasileira de 18 a 24 anos, em 2020, tem-se que a regiões nordeste possui 29% da

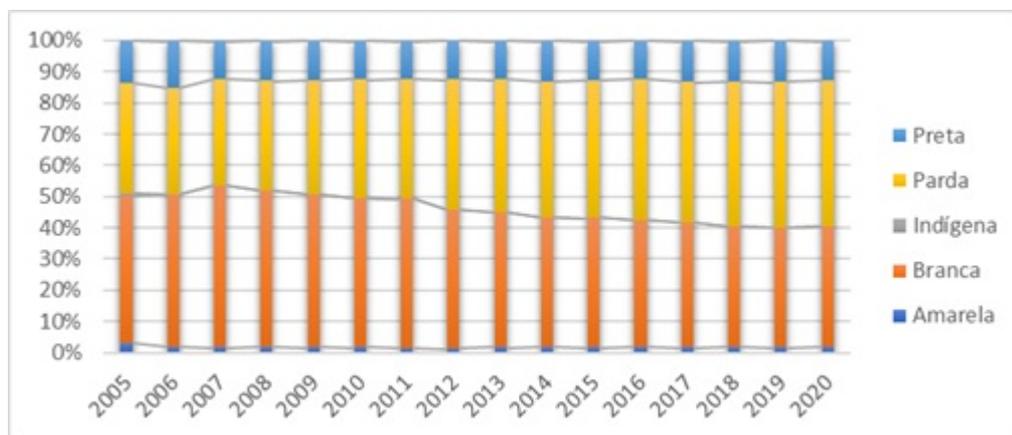
população desta faixa etária, o que mostra que o programa se aproxima da representatividade regional da população (IBGE, 2021a).

Os cursos com o maior número de beneficiários, em 2005, são Administração (15.857) (18%), Direito (9.363) (10%) e Pedagogia (5.588) (6%). Em 2020, esses três cursos continuam concentrando o maior número de contemplados: Direito (15.082) (9%), Administração (14.888) (9%) e Pedagogia (13.660) (8%). Há uma grande expansão de vagas nos cursos de Pedagogia (2005-2020), em sua maioria na modalidade EAD (9938, 72%), que apresenta um número maior de bolsas contempladas em 2020, do que a modalidade presencial (3722, 28%). Cabe notar que não há bolsas disponibilizadas na modalidade EAD nos cursos de Direito, pois há uma discussão jurídica sobre a questão entre a OAB e MEC (CONJUR, 2020).

Ao longo de todo o período do programa, há uma predominância de contemplados do sexo feminino (60%). Com relação à autodeclaração de cor/raça, há uma modificação considerável no período de 2005 a 2020. No primeiro ano do programa, 49,5% se declaravam Pretos, Pardos ou Indígenas; em 2020, este percentual atinge 60% dos contemplados. Nota-se que ao longo da série histórica, o número de contemplados que se autodeclararam pardos aumenta, 2005 (35,2%) e em 2020 (46,8%). No ano de 2005, foi o ano com a maior inclusão de estudantes indígenas com 591 casos, ao longo dos anos este dado não se repete e o número de estudantes indígenas contemplados oscila entre 100 e 200, o que representa um percentual menor do um 1% do total.

O programa prevê que o percentual de bolsas destinadas aos cotistas é igual àquele de cidadãos pretos, pardos e indígenas, por Unidade da Federação, segundo o último censo do IBGE (MEC, 2021). A população no último censo demográfico (2010), com idade entre 18 e 24 anos, consiste em: pardos (45,7%), brancos (44,8%), pretos (7,9%), amarela (1,1%) e indígena (0,4%) (IBGE, 2021b). Sendo assim, os percentuais por raça/etnia superam, em 2020, o que é proposto neste quesito no desenho programa do ProUni.

Gráfico 2: Beneficiários do Programa (2005 a 2020): Cor/Raça



Fonte: elaboração dos autores, dados abertos MEC (2021)

## Conclusões

Nota-se, que ao longo de 15 anos de programa, o ProUni inseriu no ensino superior estudantes que não teriam condições socioeconômicas para ingressar nas instituições privadas, em especial, com relação a inclusão racial e de estudantes que integram núcleos familiares com renda per capita de até 3 salários mínimos. No entanto, um resultado a ser analisado em maior profundidade em trabalhos futuros refere-se à mudança no percentual de bolsas concedidas no curso de Pedagogia, no qual as bolsas na modalidade EAD superam as da modalidade presencial.

Considerando as limitações da metodologia utilizada e das fontes de dados disponíveis,

observa-se que o objetivo de oferecer acesso à educação de nível superior às classes sociais menos favorecidas foi atingido. Outras análises são necessárias para avaliar os impactos dessa política pública em toda sua complexidade, como quanto aos efeitos do crescimento dos cursos em EAD.

### Referências

- ALMEIDA, Wilson Mesquita. *Ampliação do Acesso ao Ensino Superior Privado Lucrativo Brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do ProUni na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado). Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2012.
- BECKER, K. MENDONÇA, M. *Avaliação de impacto do ProUni sobre a performance acadêmica dos estudantes*. Texto para discussão 2512. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-ISSN 1415-4765, 2019.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Lei Federal Nº 11.096/05, de 20 de dezembro de 2004. Institui o Programa Universidade para Todos – ProUni, regulamenta a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior*. Brasília: MEC, 2005.
- CGU, Controladoria Geral da União. *Relatório de avaliação de execução de programas*. nº 35. PROUNI. 2015.
- CONJUR, *Justiça nega pedido de OAB para suspender análise de credenciamento de cursos de Direito EAD*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/justica-nega-pedido-oab-suspender.pdf>. Acesso em: 10 jun 2021.
- DRAIBE, Sonia M. *Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas*. In M. C. R. N. Barreira, & M. C. B. Carvalho (Orgs.): *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. p. 13-42. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *A política da avaliação de políticas públicas*. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-110, out. 2005.
- HERINGER, Rosana. *Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico*. *Rev. bras. orientac. prof.*, Florianópolis , v. 19, n. 1, p. 7-17, jun. 2018 .
- IBGE. *Sistema SIDRA, IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral*.(tabela 5918). 2021a.
- IBGE. *Sistema SIDRA, IBGE – Censo Demográfico*. (tabela 3175). 2021b.
- INEP/MEC. *Notas estatísticas 2019, Censo da educação superior*, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2019. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2020/Notas\\_Estat](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estat). Acesso em: 20 mai 2021.
- JANNUZZI, P.M. *Eficiência econômica, eficácia procedural ou efetividade social: Três valores em disputa na Avaliação de Políticas e Programas Sociais*. *Desenvolvimento em Debate*, v.4, n.1, 2016, p. 117-142.
- PIRES, A, ROMÃO, P. C. R. e VAROLLO, V. M. *O Programa Bolsa Família e o acesso e permanência no ensino superior pelo Programa Universidade para Todos: a importância do “eu me viro*. *Revista Brasileira de Educação [online]*. 2019, v. 24.
- SAMPAIO, Helena. *O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações*. *Revista de Ensino Superior in Seminário promovido pelo CEA v em 17 de agosto de 2011*.
- SCUDELER, M. A.; FLORES, A. I. C.; PIRES, A. *O desafio da educação à distância no ensino superior brasileiro: a expansão dos cursos de pedagogia à luz do ENADE como referencial de qualidade*. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 14, n. 07. Jan 2020.
- MEC. *Dados abertos MEC ProUni 2005-2020*. Disponível em: <http://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>.

